

13º Exame de Ordem - 2ª fase - 2000

Direito Penal

1. Após uma violenta discussão, Rodrigo Santos investe contra o carro de Fábio Visto com um bastão de madeira, destruindo parte do referido veículo. O dano produzido acarretou considerável prejuízo a Fábio, proprietário do veículo. Além do acima descrito, Rodrigo proferiu diversos insultos contra Fábio, afirmando ser ele "ladrão", "maluco", "pilantra", dentre outras ofensas. Acrescente-se que o fato foi presenciado por diversas pessoas, que passavam pela rua no momento da discussão. A requerimento do ofendido, foi instaurado inquérito policial onde foram ouvidas tais testemunhas.

Fábio comparece ao seu escritório, e contrata seus serviços profissionais, a fim de serem tomadas as medidas legais cabíveis. Como advogado de Fábio, redija a petição adequada ao caso acima exposto.

Advogado: PAULO VINHAS

OAB/RJ 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

2. Na discussão de ação de alimentos promovida por Patrícia contra seu marido perante uma das Varas de Família, o seu advogado ofendeu a honra do Curador de Família que atuava no feito, afirmando que o mesmo costumava embriagar-se em serviço. Examinar a situação jurídico-penal do advogado.

3. Pedro, proprietário de uma gráfica, foi preso em flagrante porque na mesma foi encontrada impressora, papel próprio, tinta e clichê para produção de cédulas falsas de US\$ 100,00. Existe crime a punir? Em, caso positivo, Qual? Consumado ou tentado?

4. João, vendo o seu desafeto arrumando vitrine de loja, com a intenção de agredir, arremessa pedra contra o mesmo produzindo-lhe lesão corporal grave e, ainda, atingindo a vitrine, que resulta quebrada.

Examinar a situação jurídico-penal de João.

5. Flávio, de há muito, tinha a intenção de suicidar-se. Em determinado dia, encontra-se com Rogério e este vendo que Flávio estava completamente embriagado reforça a sua idéia quanto ao suicídio, que acaba por ser praticado. Analisar a conduta jurídico-penal de Rogério.

6. Marcos, exercente de função pública desempenhada em aeroporto, por ser amigo de Mário, sem perceber qualquer vantagem econômica, facilita a entrada de mercadorias proibidas no país. Houve o cometimento de crime por parte de Marcos e Mário? Faça o enquadramento devido, justificando-o.

Direito Civil

1. Asdrúbal Simplício celebrou, com Arilson Felisberto, em 03/07/1988, escritura de compra e venda de imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro, tendo pago integralmente o preço ajustado para a compra.

Ao levar a referida escritura para registro, o que somente fez, por esquecimento, agora, em 23/09/2000, descobriu que consta penhora do imóvel, em execução promovida pelo Banco Silvícola S.A. contra o vendendor Arilson, a qual foi ajuizada em 08/07/1999.

Você é o advogado procurado por Asdrúbal, preocupado em ver o imóvel por ele adquirido livre da penhora que o grava. Redija a peça processual da medida pertinente para buscar e obter a liberação pretendida.

Advogado: SÉRGIO ROSE

OAB/RJ 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

RESPONDA ÀS QUESTÕES SEGUINTE NO MÁXIMO EM QUINZE LINHAS.

2. Um determinado edifício possui janelas laterais que se abrem na direção da parede cega de um prédio contíguo, que dista deste 1,3 metros. Um morador desse prédio contíguo, desejando arejar a sala de seu apartamento, resolve demolir a parede lateral de seu imóvel e abrir uma janela lateral defronte do outro prédio. Esbarra, porém, na proibição do caput do art. 573 do Código Civil. Mudando de idéia, em face da proibição legal, o referido proprietário resolve abrir tão-somente frestas de ventilação de 10 x 20 cm, como faculta a lei (art. 573, § 1º, do Código Civil), dispostas lado a lado, em intervalos de 5 cm, cobrindo toda a extensão da parede, de modo a tornar seu apartamento mais arejado e possibilitar uma ampla visão do prédio ao lado. Esclareça, fundamentadamente, se o proprietário cumpriu a regra do art. 573 do Código Civil.

3. Um determinado cidadão resolve comprar móveis para guarnecer sua residência, pagando-os com 04 (quatro) cheques pré-datados. A loja de móveis repassa tais cheques para um Banco, recebendo o pronto pagamento com deságio. O Banco, agora titular do crédito, ao cobrar os cheques nas datas previstas, imprudentemente, por falha em seu serviço de cobranças, lança o nome do emitente dos cheques no Cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, apesar da existência de fundos suficientes na conta-corrente para o pagamento dos cheques nas datas previstas. Inconformado, o cidadão ajuíza uma ação de danos morais em face da loja de móveis e do Banco, fundamentando-a no Código de Defesa do Consumidor - CDC. O Juiz, na sentença, condena os réus ao pagamento da indenização por danos morais, o Banco por ter causado efetivamente o injusto prejuízo moral da vítima, com a sua inclusão indevida no SPC, e a loja de móveis por responsabilidade in eligendo na escolha do Banco. Apenas o Banco apela dessa decisão judicial, deixando a loja de móveis transcorrer sem oposição o seu prazo para a apelação. Diante disso, o cidadão lesado resolve executar a sentença, exigindo toda a indenização de danos morais da loja de móveis. Esclareça, justificadamente, se o autor lesado pode executar a sua indenização na forma acima descrita.

4. Um cidadão é assaltado na via pública, em local e horário de grande movimentação de pedestres e veículos. Considerando que, neste caso, houve uma omissão genérica do Estado na sua obrigação de garantia da segurança pública, o cidadão ajuíza uma ação de responsabilidade civil por omissão em face do Estado. Terá esse cidadão êxito na ação? Responda, justificadamente.

5. Em 1995, um grupo de consumidores contrata com uma empresa seguradora um seguro de vida em grupo cuja apólice prevê cobertura de invalidez permanente e total por doença. Durante a vigência do seguro, um dos membros do grupo vem a ser acometido por uma doença cardíaca que lhe impossibilita continuar trabalhando. A doença tem sua ocorrência demonstrada através de laudo médico que consigna ser o segurado portador dessa invalidez. Instada a efetuar o pagamento da obrigação reparatória, nos termos do contrato celebrado, a seguradora se recusa, a pretexto de que o segurado, a seu juízo, ainda tem capacidade parcial para o trabalho e que, portanto, o pagamento da obrigação não é devido. Ato contínuo, a seguradora comunica ao segurado a sua recusa final ao pagamento da indenização. O segurado recebe a comunicação e somente três anos depois do recebimento desta ajuíza a competente ação contra a seguradora. A empresa seguradora alega então a ocorrência da

prescrição, nos termos do art. 178, § 6, 11, do Código Civil. É válida ou não essa alegação de prescrição da seguradora? Por que?

6. Um Banco oferece cofres para aluguel de uso privativo e exclusivo dos clientes, estabelecendo no contrato de locação que *"no cofre o locatário somente poderá guardar documentos, títulos e valores mobiliários nominativos, sendo expressamente vedada a guarda ou depósito de títulos e valores mobiliários ao portador, dinheiro, jóias e outros assemelhados"*. Um determinado cliente assina o contrato de locação do cofre do Banco e passa a guardar nele seus pertences valiosos: documentos, títulos nominativos, jóias de família e dinheiro em moeda estrangeira. Ocorre um roubo no Banco e todo o conteúdo do cofre é inteiramente levado pelos assaltantes. Feita a perícia, foi devidamente comprovado por provas robustas o conteúdo do cofre. O Banco, instado a reparar o prejuízo do cliente, indeniza o equivalente ao valor dos documentos e títulos nominativos, mas recusa-se a indenizar o prejuízo decorrente da perda das jóias de família e do dinheiro em moeda estrangeira, sob a alegação de que não tinha conhecimento do conteúdo do cofre e que a cláusula do contrato validamente vedava o depósito de tais valores. O cliente, por seu turno, argumenta que esta cláusula do contrato constitui uma cláusula de não indenizar que afronta a própria essência desse contrato de locação, eis que as pessoas alugam cofres bancários para neles guardar valores de toda espécie, sem o quê o cofre se torna inútil. Esclareça, justificadamente, se o Banco está ou não obrigado a indenizar o prejuízo do cliente decorrente da perda das jóias de família e do dinheiro em moeda estrangeira.

Direito Tributário

1. Antônio, diretor da Empresa Vale de Cambra, que não pagou no exercício de 1993, contribuição destinada a Seguridade Social.

Antônio ouviu falar que quando o débito é muito antigo desaparece a obrigação de pagar.

Em razão desses boatos, tendo em vista que o valor que deveria ser pago é muito alto, consulta-lhe sobre o dever jurídico de pagar ou não tal exação.

Sugestão: elaborar parecer com ementa, introdução, mérito e conclusão, abordando no mérito o direito positivo, a doutrina e a jurisprudência aplicável ao caso.

Advogado: GUILHERMO RICQUES

OAB/RJ 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

Todas as respostas devem ser fundamentadas, mencionando inclusive o direito positivo.

RESPONDER OBJETIVAMENTE, NO MÁXIMO EM 10 LINHAS.

2. Civaldo, proprietário e residente de imóvel situado em Palmital (bairro do Município de Rio das Ostras), recebe citação de execução fiscal, proposta pelo Município vizinho (Casimiro de Abreu) exigindo IPTU sobre seu imóvel.

O tributo já foi pago a Rio das Ostras, de acordo com os recibos apresentados.

Como advogado o que faria para defender Civaldo.

3. Marcelo Gramado comprou um apartamento por R\$ 100.000,00.

Quando foi pagar o Imposto de transmissão percebeu que o Município do Rio de Janeiro não acreditou nas declarações do adquirente sobre o preço do bem, pois o tributo estava sendo calculado sobre o valor de R\$ 150.000,00, uma vez que, segundo o fiscal da Prefeitura, este era o valor venal do bem transmitido.

Como advogado(a) que orientação daria a Marcelo? Justifique indicando o fundamento legal.

4. No dia 07/07/2000, faleceu Alberto Ramos. O falecido deixou um único imóvel e três herdeiros: Paulo, Henrique e Alessandra.

Pergunta-se: Ocorreram quantos fatos geradores do imposto de transmissão? Justifique indicando o fundamento legal.

5. Considerando que neste ano tivemos um forte aumento das importações de bens de consumo, combustíveis, lubrificantes e matérias primas.

Considerando que o Governo Federal deverá, em breve: devolver o que cobrou a título de empréstimo compulsório e fazer a correção do FGTS, ficando assim evidente a necessidade de aumentar a arrecadação.

A AEI (Associação das Empresas Importadoras) temendo majoração do 11 (Imposto de Importação) indaga-lhe sobre a possibilidade do Poder Público aumentar e cobrar o 11 por Decreto ainda este ano?

6. A lei que cria ou aumenta tributos não retroage, consoante estabelece o princípio da irretroatividade fixado na Constituição Federal.

Porém, se determinada lei diminuir um imposto poderá, neste excepcional caso, retroagir?

Direito Administrativo

1. Elabore um parecer - assinando-o, apenas, "ADVOGADO", para que a prova não seja identificada e, em consequência, anulada - em resposta à consulta abaixo:

O jornal Folha de São Paulo, de 26/09/2000, publicou reportagem sob título "*SP ignora lei e paga 55% a mais para obra*", ilustrando-a com o seguinte comentário:

"Três especialistas em direito administrativo consultados pela Folha (Maria Sylvia Zanella di Pietro, Toshio Mukai e Paulo Boselli) consideraram ilegal o acréscimo de 54,1% sobre o valor original do contrato feito pelo Estado".

Empresa da qual você é advogado e que mantém relações contratuais com a Administração Pública faz-lhe, à vista da reportagem, consulta com objetivo de ser esclarecida por que motivo e sob que fundamento os administrativistas teriam opinado, como divulgado, pela ilegalidade do acréscimo, sabido que à administração é facultada, inclusive, alteração unilateral dos contratos administrativos.

Responda, em breve parecer, a consulta formulada.

As questões que seguem, valendo 1 (um) ponto cada, devem ser respondidas objetivamente com base na legislação aplicável e, eventualmente, na jurisprudência, dispensada transcrição de subsídios doutrinários, contidas as respostas no espaço a elas delimitado no caderno da prova, para permitir aferição de domínio por parte do examinando, com precisão e concisão vernaculares, do conhecimento do direito aplicável à área administrativa.

RESPOSTAS OBJETIVAS, NO MÁXIMO EM 10 LINHAS.

2. Seja o ato administrativo discricionário ou vinculado, qual a condição primeira de sua validade?
3. A exceção de contrato não cumprido pode ser aplicada aos contratos administrativos quando a falta é da administração?
4. Qual a diferença entre o ato administrativo vinculado e o discricionário para o efeito do seu controle jurisdicional?
5. É possível a ocorrência de hipótese em que seja legalmente vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços?
6. Propriedade imóvel de seu cliente foi objeto de apossamento administrativo. Você o aconselharia a intentar uma ação reivindicatória, alertando-o, inclusive, para a natureza e para o prazo extintivo do direito que lhe caberia na hipótese?

Direito Comercial

1. As Indústrias Reunidas Cerpasa S/A, em continuação de negócio, pretendem impetrar concordata suspensiva. Para isso, indagam acerca das condições para a obtenção do favor legal, bem como sobre a forma de pagamento de todos os credores, especialmente os trabalhistas. Examine a matéria, em parecer fundamentado.

Advogado: JOSÉ ALMEIDA

OAB/RJ 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

RESPONDA ÀS QUESTÕES SEGUINTE NO MÁXIMO EM QUINZE LINHAS.

2. Eduardo Santos procurou-o para seu advogado, indagando sobre a possibilidade de o banco pagar um cheque prescrito. Responda, justificando a resposta.
3. Luiz Alberto era empregado da Cia Nacional de Petróleo, que teve a sua falência decretada. Por isso, pretende saber como deve ser exercido o seu direito de crédito na falência. Responda, justificando a resposta.

4. Cláudio Moreira assinou como fiador um contrato de locação, e quer saber se essa fiança é válida sem outorga uxória. Responda, justificando a resposta.

5. Luíza Diniz dirigiu-se a um banco para obter um financiamento para aquisição de um imóvel, sendo que a instituição financeira lhe ofereceu dois tipos de financiamento. Um, através de hipoteca, e outro pelo sistema da alienação fiduciária de imóveis. Por isso, Luíza quer saber, do ponto de vista da mutuária, a diferença entre esses institutos. Responda, justificando a resposta.

6. Carlos Xavier apresentou um cheque para protesto por falta de pagamento. Ocorre que o Oficial recusou o proteto, alegando que o título estava prescrito. Indaga-se: Está correta a recusa do serventuário?

Direito Trabalhista

1. Paulo P. de Quintino, brasileiro, casado, analista de sistemas, residente na Rua Quintino, sln, na cidade de Pirapora, nesta, portador da CPTS nº tal e do CPF nº tal, indaga da advogada Ana Cláudia da viabilidade de acionar a empresa C.A de Mello Informática Ltda., no sentido de obter equiparação salarial com seu colega de trabalho, de nome Silvino de Queiroz, eis que este recebe salário superior ao seu, em que pese inexistir diferença de tempo de serviço, ambos exercendo a mesma função, e o trabalho de um e do outro ser igual, de idêntica produção e perfeição técnica, fornecendo os seguintes elementos:

1- Reclamante admitido em 01/03/1996, na função de Analista de Sistemas I, nível 35, com o salário mensal de R\$ 3.100,00.

2- Paradigma admitido em 01/04/1997, na função de Analista de Sistemas II, nível 42, percebendo o salário mensal de R\$ 4.100,00.

3- Alega não poder suportar gastos processuais, apesar de ganhar acima do dobro legal, muito menos arcar com honorários periciais, na hipótese de perícia.

Portanto, caso entenda ser possível acionar a empresa, e de acordo com os dados acima, apresentar Reclamação Trabalhista, nomeando Ana Cláudia, como advogada do feito.

Advogada: ANA CLÁUDIA

OAB/RJ 1000

Rua da Cancela, 20 - Rio de Janeiro

QUANDO A QUESTÃO O EXIGIR, RESPONDA EM, NO MÁXIMO, 10 (DEZ) LINHAS.

2. Fale sobre o Recurso Extraordinário na Justiça do Trabalho. Após decisão de que órgão caberia; resuma seu cabimento.

3. O rito sumaríssimo exige seja a demanda inicialmente quantificada pelo Reclamante; qual o limite para tal rito, bem como o prazo máximo que tem o Juiz para sentenciar.

4. Quantas Turmas e quantas Seções Especializadas existem no nosso TRT?
5. Qual a diferença básica, para o Direito do Trabalho, entre aeroviário e aeronauta?
6. Qual o prazo de garantia no emprego, após a alta médica, do empregado que sofre acidente do trabalho?